

# DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL E EM SÃO PAULO: UMA ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL

*Ágata Nelza Gomes de Souza*  
Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Bibliotecária do Instituto Federal de São Paulo Campus Jacareí.  
E-mail: [agata.souza@ifsp.edu.br](mailto:agata.souza@ifsp.edu.br)

## RESUMO

Discorre, através do viés histórico, sobre o ensino de Biblioteconomia no Brasil e traz à tona um recorte mais específico sobre a prática no contexto paulistano. Denota os primórdios do ensino biblioteconômico no país, relacionando-o à presença religiosa no Brasil colonial e sua relação com a prática da “guarda do saber”. Trata também do processo de transformação ocorrido nas bibliotecas e sobre seu ensino humanista – sobretudo, no ambiente da Biblioteca Nacional –, que aos poucos foi substituído por um enfoque mais técnico – oriundo da conjuntura norte-americana. O encadeamento histórico apresentado tem como desfecho a disseminação do ensino de Biblioteconomia por vários estados brasileiros, com destaque para São Paulo. Converge para uma reconstrução do desenvolvimento institucional da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação localizada na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FaBCI/FESPSP – desde sua fundação em 1940, construindo uma análise temporal das principais mudanças no formato do ensino de Biblioteconomia da instituição.

**Palavras-chave:** Ensino. Biblioteconomia. Brasil. São Paulo. FESPSP.

DEVELOPMENT AND DISSEMINATION OF LIBRARY SCIENCE EDUCATION IN BRAZIL AND SÃO PAULO: A SPACE-TIME ANALYSIS

## ABSTRACT

It discusses, through the historical bias, the teaching of Library Science in Brazil and brings up a more specific clipping about the practice in the context of São Paulo. It denotes the beginnings of library teaching in the country, relating it to the religious presence in colonial Brazil and its relationships the practice of the "guard of knowledge". It treat also about the process of transformation that occurred in libraries and about their humanistic teaching - especially in the Fundação Biblioteca Nacional ambience - which was gradually replaced by a more technical approach - coming from the North American context. The historical sequence presented has as its outcome the dissemination of the

teaching of Library Science by several Brazilian states, especially in Sao Paulo. Converge for a reconstruction of the institutional development of the Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação located at the Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FaBCI/FESPSP - since its foundation in 1940, constructing a temporal analysis of the main changes in the format of Library Science teaching of the institution.

**Keywords:** Teaching. Librarianship. Brazil. Sao Paulo. FESPSP.

## 1 INTRODUÇÃO

Por meio da reconstrução das experiências e dos fatos passados, é possível identificar as continuidades e rupturas das práticas educacionais no ensino de Biblioteconomia ao longo do tempo. E, para tornar exequível essa trajetória temporal do ensino de Biblioteconomia, utilizam-se diversos documentos que, ao recontar eventos do passado, se constituíram em insumo para o desenvolvimento do conhecimento no tempo presente. Pois, como destacou Otlet (1937, p. 2), “o homem, alternativamente, retira ideias da realidade ou introduz ideias na realidade; entre a realidade e a ideia intervêm, cada vez mais, os documentos que, por sua vez, servem à elaboração de novos documentos”.

No delinear da história, há fatos que levam o contexto paulistano ao destaque. Pois, desde sua instituição, a prática do ensino de Biblioteconomia em São Paulo já se mostrou diferenciada. Ela buscava uma nova experiência que pudesse otimizar a organização e a recuperação das informações, por meio da utilização de novas técnicas. E, apesar das raízes desse processo se entrelaçarem ao âmbito governamental – já que o primeiro curso foi ofertado pela Escola de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, ministrados por Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo –, é no âmbito privado que o ensino biblioteconômico se desenvolve e ganha notoriedade, mais especificamente na Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FaBCI) localizada na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Para essa reconstrução, alguns autores que se debruçaram sobre a temática do ensino da Biblioteconomia no Brasil e em São Paulo nas últimas décadas são revisitados e suas ideias utilizadas como aporte na formulação do cenário do ensino biblioteconômico. Dentre eles, destacam-se: Almeida (2012), Castro (2000), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2000; 2011), Mulin (2011; 2011a), Oliveira;

Oliveira (2003), Oliveira; Carvalho; Souza (2009), Sá (2013), Souza (2002; 2009) e alguns documentos governamentais e legislações.

Cabe então, iniciar a construção desta trajetória temporal a partir do surgimento das primeiras bibliotecas e bibliotecários em terras brasileiras, ou seja, os primórdios do ensino da Biblioteconomia.

## **2 PRIMÓRDIOS DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

Não é possível segregar a Biblioteconomia brasileira da própria História do Brasil. Almeida (2012) reconstrói essa vinculação por meio do elo entre Portugal e sua colônia. Ela relata que com a chegada dos jesuítas, por meio da Companhia de Jesus em 1549, instalaram-se aqui os primeiros “guardiões do saber”. Tais religiosos eram responsáveis pelas bibliotecas monásticas implantadas no Brasil Colonial. Igualmente, as primeiras instituições educacionais também eram geridas pelos religiosos jesuítas e, em consequência, em 1568 nasce a primeira biblioteca abrigada no Colégio Bahia. Ao longo dos séculos, outras ordens religiosas se estabeleceram no Brasil e trouxeram consigo uma diversidade de documentos e a ampliação da necessidade de criação de bibliotecas e da formação de profissionais bibliotecários. Dentre elas, destacaram-se: os franciscanos, os carmelitas e os beneditinos. Ao longo dos séculos seguintes, importantes bibliotecas monásticas estavam espalhadas pelo litoral brasileiro.

Contudo, foi somente durante o século XIX que as primeiras bibliotecas públicas foram constituídas. A primeira, e mais significativa do período, foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 1811. Antes, entretanto, com a transferência da família real para o Brasil, após a invasão de Portugal em 1808, houve o deslocamento da Real Biblioteca e a constituição da Biblioteca Nacional, fundada no Brasil em 1810. E, é a partir dela que o movimento fundador do ensino de Biblioteconomia se constitui.

Após a fundação da Biblioteca Nacional, percebeu-se a urgente necessidade de atração de mão de obra qualificada para exercer as tarefas inerentes à biblioteca. Castro (2000) salienta que Ramiz Galvão<sup>1</sup>, então diretor da entidade, promoveu a realização de

---

<sup>1</sup> Ramiz Galvão era formado em Medicina e professor de Grego no Colégio Pedro II. Durante sua gestão como Diretor da Biblioteca Nacional (1870-1882), implantou práticas biblioteconômicas advindas da Europa, onde estudou a organização e administração das bibliotecas (SOUZA, 2009). “Chamado para ser diretor da BN aos 24 anos de idade, ele efetivamente construiu uma biblioteca quando praticamente tudo

um concurso para provimento de cargos no ano de 1879. Nele estava prevista, inclusive, a contratação para a função de bibliotecário e Capistrano de Abreu foi selecionado para assumir o cargo. Sua formação em História e Jornalismo e sua atuação como docente no colégio Pedro II o auxiliaram a comprovar sua sólida formação humanística – item essencial exigido no certame. Esse concurso configurou-se, então, como um marco significativo para a Biblioteconomia brasileira.

Nesse contexto, a ausência de indivíduos formados para o exercício profissional das atividades biblioteconômicas e a crescente demanda da Biblioteca Nacional por esses funcionários pode explicar o pioneirismo na constituição do primeiro curso de Biblioteconomia do país. Ele foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911, nas instalações da Biblioteca Nacional.

Naquela época, a instituição detinha em seu poder o acervo mais valioso do país que era composto por cerca de “sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2016). E, para realizar a gestão deste significativo agrupamento de itens do patrimônio real e imperial do Brasil, era imprescindível contar com profissionais capacitados. Assim, a instalação do curso de Biblioteconomia tinha por objetivo atender às necessidades da instituição. Já que, o grande problema enfrentado ainda “era a falta de pessoal qualificado e em quantidade suficiente para desenvolver todas as atividades requeridas e que correspondessem aos seus planos de organização” (CASTRO, 2000, p. 47).

O Decreto de 1911, que tratava do regulamento da Biblioteca Nacional, apresentava entre seus artigos 34º e 42º, as normas de instalação do curso de Biblioteconomia. Determinava que o curso, com duração de dois anos, seria composto por quatro disciplinas: Bibliografia, Paleografia e diplomática, Iconografia e Numismática. E, caberia aos diretores de cada seção a responsabilidade pelo ensino teórico e prático das disciplinas aos alunos inscritos (BRASIL, 1911).

Contudo, vencendo-se os percalços de composição dos corpos docente e discente, no ano de 1915 houve a constituição da primeira turma. Tinha-se a perspectiva de uma formação voltada para a Escola Francesa<sup>2</sup>, onde os alunos deveriam deter amplo

---

ainda estava por fazer, desde a organização dos aspectos mais cotidianos da instituição até a reformulação do sentido e das funções daquele espaço” (CALDEIRA, 2017, p. 347).

<sup>2</sup> A Escola Francesa aqui mencionada está embasada na *École Royale des Chartes* criada em Paris no ano de 1821 e renomeada, após a revolução de 1830, como *École Nationale des Chartes*. Segundo Sá (2013), ela foi a primeira instituição regular de ensino a criar um modelo de curso para profissionais do patrimônio, com

conhecimento nas Artes, Humanidades, Línguas e Ciências. Nesse aspecto, os conhecimentos da cultura geral e da erudição se sobrepunham aos conhecimentos técnicos. O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional manteve-se como referência no país, mesmo passando por alguns períodos de inatividade e por algumas reformulações curriculares, concorrendo diretamente com o novo modelo norte-americano que despontava no estado de São Paulo.

E já no final da década de 1920, percebia-se que o ensino de Biblioteconomia, com o viés humanista da Escola Francesa, daria lugar ao modelo norte-americano, que praticava um ensino de Biblioteconomia mais racional e técnico. Seu objetivo maior era desenvolver uma ação educacional capaz de “formar um profissional apto a organizar e administrar qualquer tipo de biblioteca” (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 17). Tal objetivo ia ao encontro das demandas de inúmeras instituições do período, o que acelerou a inserção do modelo tecnicista no Brasil, configurando dessa forma, a prevalência do viés tecnicista frente ao modelo humanista.

## **2.1 O viés humanista cede lugar à técnica**

O modelo estadunidense de Ensino de Biblioteconomia começou a ser instalado em terras brasileiras, a partir da década de 1930. Hoje, vemos que a grande problemática dessa introdução foi a sua simples importação da América do Norte e não a efetivação de ações que o adaptassem à realidade do contexto brasileiro. O modelo norte-americano era considerado um símbolo de modernidade frente aos preceitos estabelecidos pela Biblioteca Nacional, mas de qualquer forma, o ajustamento às características sociais e históricas de nosso país não poderia ter sido negligenciado. Mas, o objetivo de alcançar o *moderno* era maior.

No Brasil, a busca pela adjetivação *moderno*, no século XX, pode ser equiparada à orientação para *progresso*, no século XIX. Ser moderno, no contexto biblioteconômico, era alcançar um atributo valorativo que se contraporía ao – então considerado – tradicionalismo da Escola Francesa. Dessa forma, o racionalismo, a técnica, o

---

ênfase em uma base geral de História, Arqueologia e História da Arte. Também se tornou pioneira no tratamento de acervos institucionais como laboratórios de pesquisa, contribuindo assim, para a consolidação da prática da pesquisa científica dentro das bibliotecas e arquivos públicos.

aperfeiçoamento da prática se sobreporiam ao modelo educacional francês. Pois, o moderno

[...] exalta a mudança e a transforma em seu fundamento. Diferença, separação, heterogeneidade, pluralidade, novidade, evolução, desenvolvimento, revolução, história – todos esses nomes condensam-se em um: futuro. Não o passado nem a eternidade, não o tempo que é, mas o tempo que ainda não é que está sempre a ponto de ser (PAZ, 1984, p.34).

Assim, a instalação no modelo norte-americano se configurava como uma novidade que traria o desenvolvimento para o interior das bibliotecas. Era assim, um sinônimo da expressão *futuro*.

O modelo tecnicista de ensino de Biblioteconomia tem, em sua estruturação, uma estreita relação com a *American Library Association* (ALA). Ela determinou os moldes de ensino da Biblioteconomia – intitulado como *Library Science* – na *Columbia University School*. Desde seu início, em 1887, os preceitos estadunidenses objetivavam o “desenvolvimento, promoção e melhoria dos serviços de biblioteca e de informação e da profissão de Biblioteconomia, a fim de melhorar a aprendizagem e garantir o acesso à informação” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, c2018).

Em pouco tempo, esse modelo educacional foi preconizado pelo *Mackenzie College*, na cidade de São Paulo. Oficialmente inaugurada em 1926, a Biblioteca George Alexander era a expressão desse novo modelo. Seus principais diferenciais eram ser uma “biblioteca de empréstimo” – serviço inexistente no país até então – e permitir o acesso direto dos usuários às estantes. Nesse momento histórico, ter a liberdade para buscar o item de interesse e, além disto, contar com a disponibilidade de utilizá-lo em domicílio eram novidades extremamente benéficas (MULIN, 2011a). Esse padrão moderno de biblioteca acabou por gerar influências no ensino de Biblioteconomia. Pois, mesmo com seu viés tecnicista, ocasionou uma nova visão de mundo. Mundo esse, onde a informação se tornou mais acessível ao leitor.

A biblioteca do *Mackenzie College*, além disso, contava com serviços bastante diferenciados, sobretudo no que tange ao registro do material, sua classificação, catalogação e disposição nas estantes. Isto é, todos os procedimentos internos eram realizados de acordo com as tendências vigentes nas bibliotecas norte-americanas. E, para introduzir e disseminar esses procedimentos, a bibliotecária americana Dorothy Muriel

Gedds Gropp veio ao Brasil – a convite da instituição – para ministrar o Curso Elementar de Biblioteconomia para os funcionários, professores e bibliotecários de outras instituições. Assim, de 1929 a 1935, vigorou na instituição o ensino de Biblioteconomia que foi considerado o mais moderno da época.

Adelpha Figueiredo Rodrigues – professora do colégio e responsável pela organização da biblioteca – estava dentre os alunos inscritos. Anos mais tarde, ganharia uma bolsa para realizar seu aprimoramento profissional nos Estados Unidos. Ela tornou-se assim, a primeira bibliotecária a possuir uma formação superior na área de Biblioteconomia no país<sup>3</sup> (SÃO PAULO, [2007]).

As décadas de 1920 e 1930 foram então, permeadas pela influência norte-americana. Muitos profissionais buscaram o entendimento do pragmatismo biblioteconômico nos EUA. Um deles foi o bibliotecário Rubens Borba de Moraes – intelectual presente na Semana de 22 e diretor da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo que, junto com Adelpha Figueiredo Rodrigues, criou o primeiro curso regular de Biblioteconomia em São Paulo. Voltado para o viés prático de organização do acervo e nitidamente influenciado pelos conceitos da *Columbia University School*, o curso apresentava uma grade curricular composta pelas disciplinas de Catalogação, Classificação, Bibliografia e referência, Organização e Administração de biblioteca. As disciplinas voltadas para a História, Cultura, Artes e Filosofia eram consideradas desnecessárias e, assim, não estavam contempladas no currículo.

O curso de Biblioteconomia, que funcionou com o auxílio do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, obteve um sucesso notório, como conta o próprio Rubens Borba de Moraes por meio de um discurso<sup>4</sup>. Afirmou que

[...], a escola teve um sucesso muito grande, teve um número de alunos inscritos maior do que o previsto. Tão grande que nós ficamos com dificuldade de arranjar espaço, arranjar lugar. Mas, neste começo de escola, veio o primeiro empecilho, que foi a mudança de prefeito. Dr. Fábio Prado saiu, quando houve o golpe de 37 e foi nomeado prefeito o Prestes Maia.

[...]

---

<sup>3</sup> Adelpha Figueiredo Rodrigues cursou Biblioteconomia na *Columbia University School*, em Nova York, fundada em 1887 por Melvil Dewey. Era a única aluna da América do Sul presente na turma do ano de 1930 (MULIN, 2011).

<sup>4</sup> Parte da palestra de Rubens Borba de Moraes realizada na Biblioteca Mário de Andrade em 27 de outubro de 1981, quando foi eleito para a Academia Paulista de Letras.

Dos primeiros atos que o Prestes Maia fez foi fechar a escola. [...] Ele cortou tudo e fechou a escola. Eu não aceitei a decisão dele e então resolvi procurar um lugar, uma entidade que acolhesse a escola. E encontrei a boa vontade da Escola Álvares Penteado, que pôs à disposição as salas que fossem necessárias, e a Escola de Sociologia e Política, da qual eu era filiado como um dos fundadores.

[...]

A escola desenvolveu-se muito bem. Aos poucos ela foi criando nome, foi criando cursos, foram melhorando. [...] (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO, 2000, p. 20).

A melhoria no desenvolvimento da Escola de Biblioteconomia da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) gerou frutos. Alguns dos alunos – muitos de outros estados – formados no curso de Biblioteconomia de São Paulo obtiveram uma participação contundente na disseminação da Biblioteconomia nos moldes norte-americanos pelo Brasil, como mostra o Quadro 1.

**Quadro 1** – Alguns dos ex-alunos da Escola Livre de Sociologia e Política que contribuíram para a disseminação da Biblioteconomia pelos estados brasileiros, a partir da década de 1940

Nome	Estado de origem	Contribuição
Bernadete Sinay Neves	Bahia	Fundou a Escola de Biblioteconomia, que posteriormente foi anexada à Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Etelvina Lima	Minas Gerais	Fundou a Escola de Biblioteconomia em Belo Horizonte, posteriormente incorporada à Universidade de Minas Gerais. Auxiliou na constituição da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
Ernesto Manuel Zink	Campinas/SP	Fundou a Escola de Biblioteconomia mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução/ PUC Campinas.
Ângela da Costa Franco	Rio Grande do Sul	Fundou a Escola de Biblioteconomia do Rio Grande do Sul, em seguida anexada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Milton Ferreira Melo	Pernambuco	Fundou a Escola de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura em Recife, integrada anos depois à Universidade Federal de Pernambuco.
Alfredo Ferreira Hamar	São Carlos/SP	Fundou a Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos. Iniciou o ensino de mecanização bibliográfica nos serviços de informações, com noções de linguística para elaboração dos tesauros.

Fonte: Adaptado de Castro, 2000.

Como o quadro anterior aponta, muitos dos bibliotecários formados na Escola Livre de Sociologia e Política contribuíram decisivamente para a disseminação da Biblioteconomia no Brasil. E tal dispersão, deu-se nos moldes de ensino norte-americano. Entretanto, essa disseminação deparou-se com algumas questões delicadas. Como não havia uma uniformização da forma de ensino, os currículos praticados no país já se



mostravam bastante heterogêneos. Como o número de bibliotecários formados era pequeno, profissionais de outras áreas do conhecimento assumiam as atividades biblioteconômicas em várias partes do país. E, como a prática ensinada era uma importação inalterada da lógica estadunidense, não atendia de forma plena aos anseios da sociedade brasileira, dificultando assim, a consolidação das Escolas de Biblioteconomia. Dessa forma, era preciso agir em prol da regulamentação, uniformização e consolidação da área.

## **2.2 A busca pela regulamentação, uniformização e consolidação**

Com a atuação do Instituto Nacional do Livro, criado em 1937, durante o Governo Vargas, a leitura e a constituição de bibliotecas públicas foram estimuladas e, por conseguinte, ampliou-se ainda mais a necessidade de formação de novos bibliotecários. O avanço da área biblioteconômica se demonstrou na abertura de novos cursos pelo país e pela criação de eventos e organismos de classe. Em 1954, no Recife, ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia – que com o passar dos anos, foi renomeado para Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD). Assim, “no contexto brasileiro, esse evento veio a se transformar no principal conclave profissional, técnico e científico, reunindo profissionais de Biblioteconomia e áreas afins atuantes no país e, também, profissionais vindos do exterior” (SOUZA, 2009, p. 67). No mesmo ano, foi criado o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD)<sup>5</sup> que, como um órgão vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), buscava fomentar a pesquisa, a produção e a acumulação de informações bibliográficas, conferindo assim, um novo patamar à profissão bibliotecária e um estímulo ao seu ensino.

Diante do aumento quantitativo do número de cursos de Biblioteconomia no país – e conseqüentemente, do número de bibliotecários – era preciso conquistar a regulamentação de ambos. Buscava-se, de maneira conjunta, o reconhecimento do curso de Biblioteconomia como um curso superior de bacharelado e dos bibliotecários como profissionais liberais.

---

<sup>5</sup> O IBBD transformou-se no atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

O reconhecimento do curso de Biblioteconomia como de nível superior, por meio da definição de um currículo mínimo<sup>6</sup>, foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, por meio da Resolução nº 326/CFE/1962. Nela, havia a determinação de que o curso deveria ter a duração de três anos letivos e a intencionalidade de integração entre as perspectivas humanista e técnica do ensino de Biblioteconomia. Já a profissão alcançou seu reconhecimento, no formato liberal, por meio da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Esses primeiros passos, podem assim, ser considerados como o início do processo de regulamentação (SOUZA, 2009).

Contudo, a uniformização do padrão de qualidade de ensino e do respeito à modalidade de atuação do profissional bibliotecário, ainda se configuravam como desafios.

O quadro a seguir aponta a expansão do curso de Biblioteconomia pelos estados brasileiros até o ano de 1965 e o quantitativo de alunos formados em cada instituição. Percebe-se então, que o limite de oferta no eixo Rio - São Paulo já havia sido rompido.

**Quadro 2** – Cursos de Biblioteconomia em atividade em 1965 e quantitativo de alunos formados, até então, por instituição

<b>Escolas de Biblioteconomia</b>	<b>Estado</b>	<b>Quantitativo de alunos formados</b>
Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional	RJ	1020
Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	SP	624
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas	SP	216
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais	MG	172
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Pernambuco	PE	160
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	153
Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia	BA	139
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná	PR	130
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	RJ	65
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	SP	24

<sup>6</sup> O primeiro currículo mínimo estabelecido era composto por 10 disciplinas – História do livro e das bibliotecas; História da Literatura; História da Arte; Introdução aos estudos históricos e sociais; Evolução do pensamento filosófico e científico; Organização e administração de bibliotecas; Catalogação e classificação; Bibliografia e referência; Documentação; Paleografia (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 18).

Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira”	BA	-
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Nacional de Brasília	DF	-
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará	PA	-
<b>TOTAL</b>		<b>2703</b>

Fonte: Adaptado de Russo (1966 apud ALMEIDA, 2012, p. 52).

Contudo, o número de bibliotecários formados até 1965 era maior do que o quantitativo apresentado no quadro anterior. Isso se explica, pois, muitas instituições, mesmo após formarem diversos profissionais bibliotecários, haviam sido extintas.

Dessa forma, em meados da década de 1960, o país já possuía mais de três mil bibliotecários. São Paulo ainda detinha a maior oferta dos cursos de Biblioteconomia oferecidos no país, contudo, um grande número já se localizava fora do eixo Rio – São Paulo. E, por conta dessa expansão e heterogeneidade, tornava-se ainda mais urgente uma uniformização do ensino de Biblioteconomia entre as diversas escolas do país.

Diante do exposto, percebe-se que, ao longo da primeira metade do século XX, os profissionais bibliotecários contaram com uma formação bastante heterogênea. E, o quadro não se alterou muito na segunda metade do século. Pois, mesmo com a regulamentação de um currículo mínimo, cada instituição poderia acrescentar ao seu currículo outras disciplinas que julgasse pertinentes, construindo assim, o que se convencionou chamar de currículo pleno. Essa garantia foi concedida pela Lei nº 4.024/61, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Dessa forma, o currículo mínimo tornou-se alvo de constantes críticas e de propostas de mudanças ao longo de décadas. Todavia, mesmo a uniformização ainda sendo um anseio, a consolidação do ensino de Biblioteconomia já parecia uma realidade.

Em meio a essa efervescência da década de 1960, os professores de Biblioteconomia – essenciais ao processo de consolidação, mas até então à margem das preocupações prioritárias da classe – fundam a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)<sup>7</sup>.

A ABEBD abarcava em suas finalidades diversas ações voltadas para os docentes de Biblioteconomia, como por exemplo, a aproximação entre os professores, o aperfeiçoamento e profissionalização, a promoção de intercâmbios etc. Com o apoio da

<sup>7</sup> Atualmente, é denominada Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

ABEBD, o Conselho Federal de Educação, aprovou um novo currículo em 1982. O curso de Biblioteconomia passaria então a ser ministrado em quatro anos. Acreditava-se que, dessa forma, uma melhoria em seus níveis de qualidade estaria assegurada. Porém, pouco se avançou, na década seguinte. Diante da nova LDB – a Lei nº 9.394/96 – a discussão sobre o currículo ganha mais força. E, as ações concretas de discussão e melhoria das condições de trabalho dos profissionais docentes parecem bastante enfraquecidas. Como se sabe, poucas mudanças ocorreram ao longo das primeiras décadas do novo milênio.

O século XXI foi iniciado com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para os cursos de Biblioteconomia. Com essa definição das DCN's, a discussão acerca do currículo de Biblioteconomia entra em outro estágio. Mais do que pensar cada disciplina isoladamente, passa-se a buscar uma perspectiva de formação global, no âmbito das habilidades e competências bibliotecárias. Assim,

A educação bibliotecária brasileira, a partir de 2001, está em novo patamar. Foi superada, formalmente, a organização do Currículo de Biblioteconomia, centrado em grades disciplinares. O que se tem, de agora em diante, são orientações globais, a partir das DCN dos Cursos de Biblioteconomia, que envolvem vários componentes que se articulam em projetos educacionais voltados para a formação de Bibliotecários em condições de atender ao desenvolvimento de um país [...] (SOUZA, 2002, p.10).

A antiga orientação do conteúdo passa a orientar a formação, que está permeada por vários aspectos imateriais. Assim, há a definição das habilidades e competências que os graduandos devem desenvolver ao longo de sua formação. O desafio, para os educadores, torna-se então, ainda maior. Porém, o paradoxo se aprofunda, já que se manteve a lacuna na promoção do aperfeiçoamento dos docentes de Biblioteconomia, para que esses pudessem atender às novas demandas de forma plena.

Por meio dos fatos acima expostos, é possível identificar a importância do ensino de Biblioteconomia desenvolvido em São Paulo. E, nesse contexto, várias escolas de formação se destacaram. Mas, conceder-se-á à FaBCI/FESPSP um lugar de destaque, construindo-se para isso, um breve retrato de sua história<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Outras informações sobre a atuação de bibliotecários como docentes de Biblioteconomia podem ser obtidas em Souza (2015). O trabalho apresenta, especificamente, um panorama sobre a ação docente realizada por bibliotecários na FaBCI/FESPSP.

### **3 O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA EM SÃO PAULO: UM RETRATO DA FaBCI/FESPSP**

O delineamento do panorama pretérito do ensino de Biblioteconomia em São Paulo, bem como, o processo de institucionalização da FaBCI/FESPSP, torna-se um facilitador na percepção do cenário institucional estabelecido nos dias de hoje. A FESPSP, que abriga o curso de Biblioteconomia desde 1940, promoveu a continuidade dos estudos na área e a formação de diversos bibliotecários que desenvolveram estudos, inserção de novas técnicas e discussões sobre o tratamento/uso da informação que perpassaram as fronteiras do estado de São Paulo e até hoje são praticadas em muitas bibliotecas brasileiras.

Entretanto, o formato de ensino posto em prática não permaneceu inerte ao longo das décadas. Ao investigar o passado, é possível perceber que relevantes mudanças ocorreram. Os currículos, as ações cotidianas, o papel de alunos e professores frente às problemáticas que despontavam se alteraram. Ou seja, a forma de ensinar e aprender Biblioteconomia transformou-se e, grande parte disso, se deve aos professores que cotidianamente buscaram esse aperfeiçoamento.

Mas, para aprofundar a análise do peculiar desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia em São Paulo e a atuação da FaBCI nesse contexto é preciso voltar ao passado e visualizar o perfil sócio-cultural em que a cidade estava mergulhada.

#### **3.1 O contexto sócio-cultural da cidade de São Paulo no século XX**

Já no início do século XX, os moradores da cidade de São Paulo vivenciavam acontecimentos marcantes que impactaram o contexto social, econômico, político e cultural da cidade. Cabe então, elencar alguns dos fatos, sobretudo a partir da década de 1920, que antecedem e contextualizam o surgimento e fortalecimento do ensino de Biblioteconomia na capital paulista.

O primeiro deles diz respeito ao crescimento da ascendente burguesia industrial em São Paulo. Pois, o café – principal produto agroexportador no século XIX – sofria com as baixas dos preços com a superprodução, tornando o investimento industrial muito mais atraente. Outro ponto a se destacar era a diferenciação da paisagem da capital paulista frente às demais cidades brasileiras. Possuía uma arquitetura proeminente,

inúmeras fábricas, linhas de ônibus urbanos, linhas telegráficas, sistema de radiofusão, uma grande imprensa, o belo teatro municipal etc. As imagens a seguir ilustram a diferenciação desse rico espaço urbano.

**Figura 1** – Postal n. 8 de Guilherme Gaensly<sup>9</sup>.  
Fototipia retratando a Praça Antônio Prado/SP (1910)



Fonte: HERCULANO, 8 jul. 2015. Disponível em:  
<<https://sampahistorica.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

**Figura 2** – Postal n. 21 de Guilherme Gaensly  
Fototipia retratando o Theatro Municipal (1910)



Fonte: HERCULANO, 8 jul. 2015. Disponível em:  
<<https://sampahistorica.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

<sup>9</sup> Guilherme Gaensly nasceu na Suíça em 1843. Ainda pequeno mudou-se para o Brasil. Residente no estado da Bahia, profissionalizou-se em fotografia. Após mudar-se para São Paulo, em 1890, o fotógrafo desenvolveu cartões postais que retravam a vida urbana da cidade. É notório perceber que “Suas imagens [...] mostravam o desenho da nova arquitetura utilizada no crescimento da cidade, na construção dos novos prédios comerciais, ruas cheias de gente, máquinas e transportes” (SIMÕES; OLIVEIRA, 2011, p. 3).

As imagens apresentadas demonstram a efervescência da cidade de São Paulo já no início do século XX. Além da utilização do bonde como meio de transporte cotidiano e do grande adensamento populacional, é possível identificar na figura 1 a impetuosidade da estrutura arquitetônica existente por meio do Palacete Martinico Prado (lado direito) e do Palacete João Brícola (ao fundo) e a significativa utilização do transporte por meio dos bondes. Já a figura 2 destaca a imponência do Teatro Municipal e da Mansão Trocadero (posteriormente, demolida para a construção do Esplanada Hotel).

A grande concentração populacional pode ser explicada pela alocação da mão de obra industrial. Nesse período, a cidade de São Paulo abrigava cerca de um terço dos trabalhadores industriais do país – grande parte deles, imigrantes. Contudo, as precárias condições a que esses trabalhadores eram submetidos – inclusive, mulheres e crianças – culminaram na formação de movimentos organizados de operários, manifestações, revoltas e greves. Em consequência disso, o contexto político também prenunciava mudanças. A ordem oligárquica, fundamentada na política café-com-leite<sup>10</sup>, sofria intensas críticas oriundas da burguesia ascendente e do bloco operário (ALAMBERT, 1992).

Além dessas transformações econômicas e políticas, o cenário cultural também efervescia. A Semana de Arte Moderna de 1922<sup>11</sup> representou o marco inicial de uma nova visão cultural brasileira. Já era latente o desejo da classe artística nacional em representar um Brasil diferenciado, isto é, “eliminar definitivamente da cultura brasileira qualquer vestígio da influência lusitana e colonizadora que porventura houvesse escapado à escola romântica do século XIX” (ALAMBERT, 1992, p.8). O enriquecimento advindo do café e das atividades industriais criou uma elite política que desejava modificações nas convenções culturais até então estabelecidas. Além de denunciar e criticar os problemas sociais, diversos artistas buscaram documentar suas expressões de pensamento, seja por meio da literatura, do teatro, da pintura, da escultura, da música etc. e disseminá-las entre

---

<sup>10</sup> Arranjo político ocorrido no período da “República Velha” (1889-1930). Tal acordo visava o controle do processo de sucessão presidencial, no qual as oligarquias paulistas (grande produtora de café) e mineira (destaque na produção de leite) chegavam ao poder.

<sup>11</sup> Ocorrida entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo – cerca de cem anos após a independência do Brasil, a Semana da Arte Moderna “consagrou-se ao longo do século XX como o grande referencial sobre a renovação das artes e do pensamento brasileiro. São Paulo, por conseguinte, ficou, no imaginário nacional, como o local privilegiado daquele processo de renovação. A cidade sagrou-se um símbolo do movimento liderado por Mário de Andrade e Oswald de Andrade e outras dezenas de artistas provenientes das mais diferentes áreas” (MENEZES, 2013, p. 225).

as diversas camadas populacionais. Tem-se então, a propagação de uma arte engajada política e socialmente, o que ficou conhecido como movimento modernista. Ele buscava o distanciamento da reprodução artística europeia e aproximava-se da exaltação da brasilidade. Muitos nomes participaram e se destacaram, como por exemplo, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graça Aranha, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Villa-Lobos, dentre outros.

Mesmo após a Semana de 22, o contato e o diálogo entre os jovens intelectuais eram constantes. A notoriedade do grupo era evidente. Muitos atuaram de maneira relevante na cidade de São Paulo durante a gestão do prefeito Fábio da Silva Prado (1934-1938), sobretudo, naquelas áreas relacionadas à cultura. Mário de Andrade liderou o processo de criação do Departamento de Cultura, tornando-se seu primeiro diretor. E, anos mais tarde, Rubens Borba de Moraes tornou-se Diretor da Biblioteca Pública Municipal. As relações eram estreitas. Segundo o próprio Rubens Borba,

[...] o Departamento de Cultura não era propriamente uma coisa separada. Era um grupo. Nós trabalhávamos em conjunto. E era uma coisa fácil porque nós éramos amigos de 20 anos. Tínhamos feito 22 [em referência à Semana de Arte Moderna], [...] e discutíamos os nossos problemas quase que diariamente [...] (GORDINHO, 1984, p. 14 apud OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003, p. 31).

E os problemas cotidianos não eram simplórios. Ao assumir a Biblioteca Pública Municipal em 1936, Rubens Borba se deparou com a dificuldade em encontrar pessoal técnico com conhecimentos em Biblioteconomia para atuar. A solução proposta previa então, a criação dos primeiros cursos de aperfeiçoamento para os funcionários. Tais cursos funcionaram, de 1936 a 1938, com o apoio do Departamento de Cultura. Rubens Borba e Adelpha Figueiredo atuaram como docentes nesse projeto.

Contudo, por conta da mudança de gestão governamental posta em prática com a nomeação de Prestes Maia, houve o fim da subvenção da Prefeitura de São Paulo à Escola de Biblioteconomia do Departamento de Cultura. Durante o ano de 1939, o curso permanece fechado e Rubens Borda decide viajar aos Estados Unidos para estudar, formalmente, Biblioteconomia (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003).

Ao analisar os anos que se sucederam na vida de Rubens Borba é possível inferir que esses meses de estudo fora do Brasil lhe deram ainda mais vigor. Após seu retorno, o bibliotecário não esmoreceu frente aos desafios que a conjuntura lhe impusera. O ensino



de Biblioteconomia ressurgiu. Diante dos desafios, era preciso conquistar novos espaços e novas parcerias.

### **3.2 A Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**

No ano de 1933, por iniciativa de diversos intelectuais e empresários da época, nasce a Escola Livre de Sociologia e Política – ELSP. Após a derrota na Revolução de 1932, era preciso (re)pensar a realidade e os novos rumos da sociedade brasileira que já se pronunciavam. Além disso, era preciso formar pessoas para atuarem na construção desse novo país “moderno”.

Havia, entre o grupo, a percepção da existência de uma lacuna na oferta de cursos superiores que propiciassem estudos e pesquisas acerca do meio social da época. Muitos intelectuais compartilhavam dessa opinião e estavam presentes em apoio à iniciativa, dentre eles, Mario de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Millet.

Inicialmente, os recursos eram escassos e, por conta disso, o grupo de estudiosos se encontrava nas salas cedidas pela Escola de Comércio Álvares Penteado, no centro de São Paulo. Os professores de Sociologia e Política, em sua maioria, não eram remunerados. Mas, fazer parte da ELSP era bastante proficiente. Assim,

Nos primeiros anos de escola, muitos professores recebiam salários simbólicos e alguns não eram remunerados; não existia um vínculo trabalhista propriamente dito. Eram professores diletantes, ou seja, eram médicos, advogados, engenheiros, que exerciam suas profissões e também davam aulas na universidade. O fato de serem professores lhes conferia prestígio, aumentando a remuneração em suas atividades principais (BOSE, 2004, p. 156).

Ainda no ano de 1933, dois meses após a criação da ELSP, instituiu-se FESPSP com o objetivo de manter e administrar o curso recém-criado (BOSE, 2004). Essa formalização institucional viabilizou o investimento na profissionalização dos quadros funcionais. O corpo docente foi ampliado e passou a receber remuneração regular e condizente com os cargos em questão. Além disso, o financiamento de projetos de pesquisas e a aquisição de livros para a estruturação de bibliotecas tornaram-se realidades.

Em pouco tempo, a ELSP tornou-se um instrumento social e educativo de relevância. Destaque reconhecido pela Assembléia Legislativa de São Paulo que, por meio

de decreto<sup>12</sup>, declarou a instituição como de utilidade pública por conta de sua inegável significação cultural.

A instituição é considerada pioneira na oferta do ensino das Ciências Sociais e Biblioteconomia. Este último, como citado no capítulo anterior, foi oferecido anteriormente pelo *Mackenzie College* (1929-1935) e pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1936-1938). Entretanto, eram restritos somente aos seus respectivos funcionários. Diante disso, considera-se a FESPSP como a primeira entidade a ofertar o curso de Biblioteconomia de maneira ampla à sociedade local. Ademais, também é pioneira na oferta de cursos sistemáticos de pós-graduação em Ciências Sociais. Formando assim, pesquisadores com capacidade de intervenção da realidade vivida na cidade de São Paulo e, até mesmo, em outros estados brasileiros. Alcançando, dessa forma, sua missão. Pois,

[...] a missão da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e de suas unidades mantidas é produzir, reconstruir e disseminar conhecimentos para formar cidadãos capazes de contribuir significativamente para o processo de desenvolvimento social do país (FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO, 2011, p. 9).

Apesar da clara presença do tradicionalismo, a FESPSP conseguiu tornar-se uma escola moderna, aberta às renovações que se fizeram necessárias ao longo do tempo, se adaptando às conjunturas e necessidades do contexto paulista. Mantendo-se assim, erguida mesmo durante os anos de crise, sobretudo, àqueles relativos às décadas de 1960 e 1970.

Atualmente, a FESPSP é dirigida pelo Conselho Superior. Ele é formado por empresários, profissionais liberais, pesquisadores e professores universitários que possuem notório reconhecimento em suas áreas de atuação. Eles são responsáveis pelo delineamento do planejamento estratégico, pelas diretrizes educacionais e pelos projetos desenvolvidos na instituição. Para operacionalizar tais planejamentos, o Conselho Superior elege os representantes da Diretoria Executiva. Assim, a gestão administrativa, financeira e jurídica das três grandes unidades mantidas pela FESPSP é de responsabilidade deste Conselho Executivo, juntamente com seus respectivos diretores. Cabe destacar que, no atual momento, as unidades mantidas pela FESPSP são: a Escola de

---

<sup>12</sup> Decreto nº 6.990, de 27 de fevereiro de 1935.

Sociologia e Política, a Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, a Faculdade de Administração e a FaBCI.

Apesar dessa estruturação formal, o cotidiano da instituição reflete seu modelo de gestão conjunta e colaborativa, em que a liberdade de opinião e expressão é constantemente estimulada. Assim, orientada por este viés participativo, a FESPSP vem buscando desenvolver sua missão de forma dialógica e pluralista.

### **3.3 A Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação – FaBCI**

A história do curso de Biblioteconomia na esfera da FESPSP tem seu ponto de partida, como já exposto, no ano de 1940 quando Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo retomam as atividades de ensino praticadas no extinto curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Esse reinício se deu ainda nos moldes das *Library Schools* norte-americanas.

A oferta do curso de Biblioteconomia passou a ser mais abrangente e a procura por sua realização foi intensa, apesar da cobrança de mensalidades. O processo de seleção de candidatos não era simplório. Oliveira; Oliveira (2003, p. 41) apontam que

Para admissão no curso, os candidatos pagavam taxa de inscrição e apresentavam certificados do ginásio, curso normal ou diplomas considerados equivalentes. Após esses procedimentos, os candidatos eram submetidos ao concurso de habilitação, onde se exigia provas de: conhecimentos gerais, português, inglês e francês. Os exames de línguas constavam de tradução para o português de um texto corrente. Para o exame de datilografia os candidatos faziam uma cópia de um texto referente à Biblioteconomia. Estas provas tinham duração de três dias.

Ou seja, mesmo se tratando de um curso com um viés técnico, os níveis de cultura e conhecimento geral eram relevantes para a admissão, já que durante sua realização eram exigidas redações, provas discursivas, exercícios diversos etc.

Em seus três primeiros anos de existência, a questão financeira do curso de Biblioteconomia da FESPSP não era confortável. Nos anos seguintes, Rubens Borba conquistou junto à Fundação Rockefeller e à ALA subvenções que manteriam os custos do curso por alguns anos. Inicialmente, os vinte e sete mil e quinhentos dólares obtidos junto à Fundação Rockefeller permitiram a melhoria do corpo docente, a inauguração de uma biblioteca e a concessão de bolsas de estudos para alunos não residentes na capital

paulista. Essa quantia gerou uma melhoria qualitativa das ações inerentes ao curso de Biblioteconomia da FESPSP, que passa então, a ter a duração de dois anos (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003).

Alguns dos novos docentes que passaram a atuar na instituição, a partir da década de 1940, eram ex-alunos de Rubens Borba e Adelpha Figueiredo, seja no antigo curso do Departamento de Cultura da Prefeitura, seja nas primeiras turmas oferecidas pela FESPSP. Dentre eles, destacam-se: Noêmia Lentino, Maria Luisa Monteiro da Cunha, Nice Lecop Muller, Lucy Issler Hackradt e Francisco José de Almeida Azevedo (OLIVEIRA, 1981; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2003; MACEDO; FUJITA, 1992).

Tais professores, e também aqueles que atuaram posteriormente na instituição, enfrentaram um nítido desafio. Havia uma emergência na dispersão das técnicas e práticas biblioteconômicas na cidade de São Paulo e, de forma mais abrangente, no Brasil. E, de certa forma, tal responsabilidade recaía sobre os ombros dos, então, recém-formados. O desafio foi aceito. Os professores anteriormente citados acataram a incumbência de propagar o conhecimento biblioteconômico por meio da ação pedagógica nas salas de aula da FESPSP. Formando, inclusive, novos docentes para atuação nos mais diversos estados brasileiros.

Ao longo das décadas seguintes, o projeto biblioteconômico paulistano evoluiu. O Decreto-lei nº 17.104 de 12 de março de 1947, em seu artigo 33º, legitima a Escola de Biblioteconomia como padrão de reconhecimento para as demais instituições semelhantes. Sua regulamentação, realizada pelo Decreto nº 22.833 de 28 de outubro 1953, aponta em seu artigo 2º, alínea d, a obrigatoriedade da oferta de um “corpo docente e administrativo constituído de pessoas de comprovada capacidade técnica” para as novas escolas de Biblioteconomia que posteriormente viessem a se constituir. Considerando-se que a legislação citada aponta o curso da Escola de Biblioteconomia como padrão e as normas descritas como uma realidade nos ambientes da FESPSP, é possível perceber que a capacidade técnica dos docentes de Biblioteconomia da instituição já era notória desde o período de seu reconhecimento.

O decreto anterior, ainda faz menção ao currículo mínimo que deveria ser adotado. Ratificando as diretrizes já expostas, ele aponta o currículo desenvolvido pelo curso de Biblioteconomia da FESPSP também como um padrão a ser seguido. Entretanto, a Escola não se limitou ao que já estava posto. O currículo foi ampliado nas décadas de 1950 e 1960, que previa uma formação bibliotecária mais ampla, em três anos.

Em 1977, a Escola de Biblioteconomia altera sua denominação e passa a se chamar Faculdade de Biblioteconomia e Documentação. As mudanças curriculares continuaram e uma nova configuração veio a ocorrer em 1984, quando o curso passou a ser ofertado em quatro anos, com o acréscimo de novas disciplinas ao currículo. Com a crescente oferta de disciplinas, o número de docentes no quadro institucional também foi ampliado.

Ao longo das décadas seguintes, as competências e habilidades biblioteconômicas esperadas pela sociedade sofreram transformações. Daí, a necessidade de uma constante reformulação curricular e das práticas exercidas no dia a dia acadêmico. Já na década de 1990, diante da homologação da LDB (BRASIL, 1996), a busca pelo desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia se expandiu. Objetivando alcançar o reconhecimento social como um curso adequado ao cenário tecnológico e informacional, com um corpo docente qualificado e com a capacidade de formação de egressos conscientes de seu papel social e de seu potencial técnico.

Em 1999, a Faculdade altera sua denominação mais uma vez, passando a nomear-se, Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação<sup>13</sup>, em decorrência do entendimento da convergência entre as duas ciências e da necessidade de ampliação das temáticas abordadas durante a formação discente, adaptando-se assim, às modernas formas tecnológicas de gerir o fluxo informacional.

Muitas dessas mudanças se devem aos profissionais docentes que participaram na identificação, discussão e operacionalização dos aprimoramentos que deveriam ser feitos. As concepções do Projeto Político Pedagógico (PPP) expressam tais alterações de forma bastante nítida. A partir de 2011, um projeto já previa a utilização de ferramentas do ensino a distância, por meio do desenvolvimento de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e a incorporação das Atividades Complementares, Trabalhos Temáticos e Seminários Discentes.

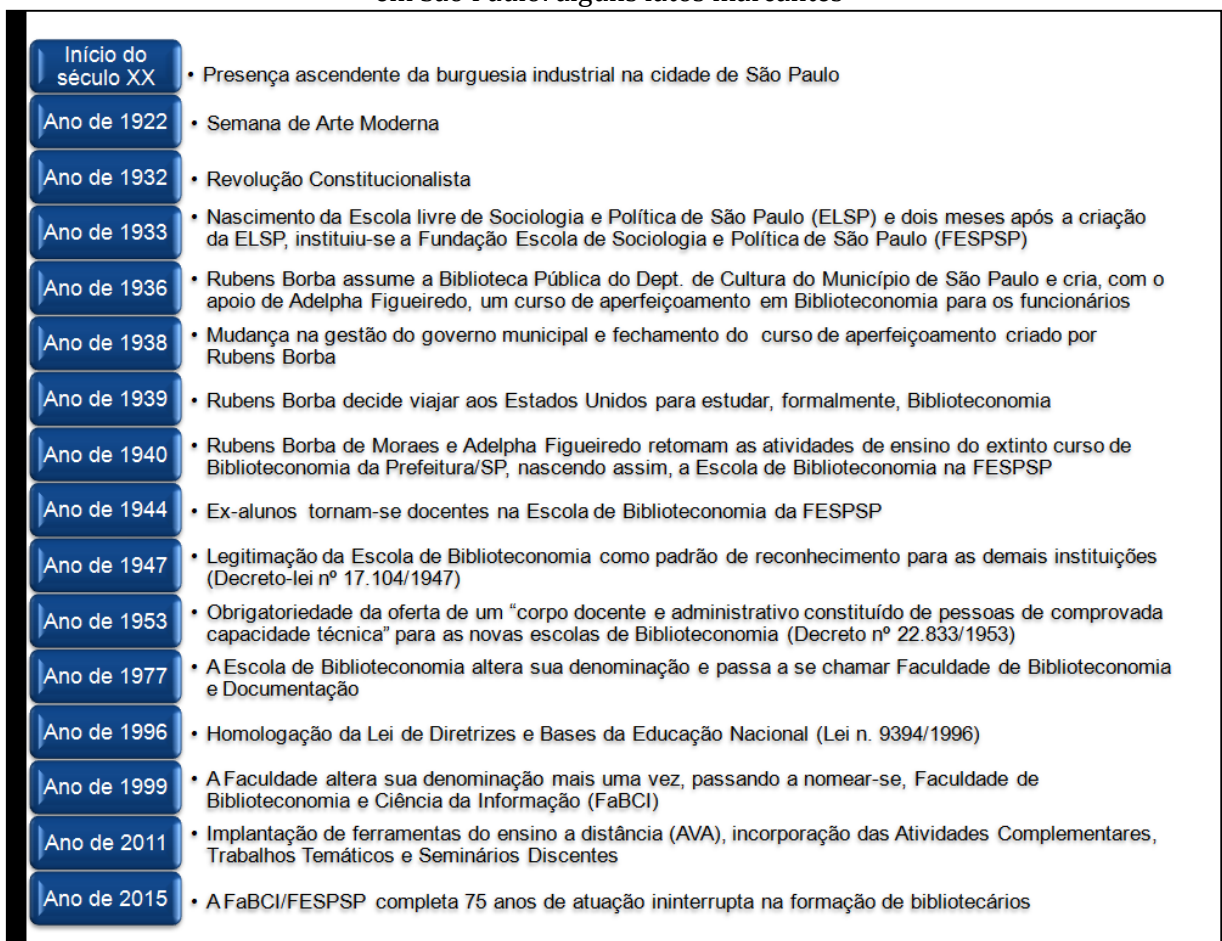
A temática relacionada ao ensino de Biblioteconomia e aos profissionais que a executam ainda é muito presente na FaBCI/FESPSP. E tal realidade é legítima, pois são esses profissionais do ensino superior que contribuem cotidianamente, ao longo de décadas, na facilitação do acesso aos elementos que favorecem a aquisição de conteúdos técnicos e de socialização, promovendo assim, uma participação ativa e organizada dos alunos no meio acadêmico e também em sociedade.

---

<sup>13</sup> A Ciência da Informação foi introduzida no Brasil no início da década de 1970, com a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação, do IBBD.

As observações apontadas ao longo deste capítulo têm a intencionalidade de apenas aproximar o leitor das características locais (específicas da cidade de São Paulo) e institucionais (atreladas à FaBCI/FESPSP) que permearam o desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia ao longo do tempo. A figura 3 ilustra os principais fatos, desde o início do século XX, que marcaram essas duas perspectivas e foram abordados ao longo deste capítulo.

**Figura 3** – Linha do tempo representativa do ensino de Biblioteconomia em São Paulo: alguns fatos marcantes



Fonte: Desenvolvida pela autora, 2018.

Assim, com o apoio da síntese exposta, fica visível o entrelaçamento existente entre alguns dos fatos históricos que marcaram a cidade de São Paulo a partir do século XX e o desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia na FaBCI/FESPSP, ao longo dos seus 77 anos de existência.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor do passado – e das histórias construídas ao longo dele – é indiscutível. Entretanto, a existência dessa valoração está condicionada ao conhecimento dos fatos pretéritos e à compreensão dos personagens e enredos desencadeados ao longo do tempo. Diante disso, percebe-se a importância do desenvolvimento de pesquisas que busquem compreender o contexto sócio-histórico da expansão da Biblioteconomia e de seu ensino no Brasil. Esse cenário abarca a análise das vidas pessoal e profissional dos primeiros bibliotecários do país que vislumbraram no ensino o caminho para a solidificação da profissão. Esse valor se estende às instituições que, ao longo dos anos, superaram inúmeras dificuldades e continuam desenvolvendo seu papel de apoio à classe bibliotecária e à sociedade em geral.

Sendo assim, a história do ensino de Biblioteconomia no Brasil e, mais especificamente, na cidade de São Paulo é um campo profícuo para o aprofundamento de novas pesquisas que, certamente, darão amplitude à profissão e à necessidade constante de aprimoramento de suas metodologias de ensino.

Assinala-se aqui, a pretensão do aprofundamento futuro dessas diversas facetas de pesquisa como forma de contribuir para a disseminação de informações que fortaleçam o sentimento de valoração da história e dos personagens que construíram – e constroem – o ensino de Biblioteconomia no Brasil e na cidade de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. **A semana de 22**: a aventura modernista no Brasil. São Paulo: Scipione, 1992.

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11170>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **About ALA** [Homepage], c2018. Disponível em: <<http://www.ala.org/aboutala/>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BOSE, Monica. **Gestão de pessoas no terceiro setor**. 2004. 207f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-02032005-000942/publico/Gestao\\_de\\_Pessoas\\_no\\_Terceiro\\_Setor.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-02032005-000942/publico/Gestao_de_Pessoas_no_Terceiro_Setor.pdf)>. Acesso em: 25 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 jul. 1911. Seção 1, p. 8679. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Personagem**: Frei Camilo de Montserrat [Homepage], 2016. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/personagem-frei-camilo-montserrat>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLITICA DE SÃO PAULO. **Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação**: retrato de uma escola, 1940-2000. São Paulo: FESPSP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento institucional**: PDI 2011-2015. São Paulo: FESPSP, 2011. 84 p. Disponível em: <[http://www.fesp.org.br/uploads/documentos/arq\\_20022013022904.pdf](http://www.fesp.org.br/uploads/documentos/arq_20022013022904.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

HERCULANO, Felipe Alexandre. **Sampa Histórica** [Homepage], 2015. Disponível em: <<https://sambahistorica.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

MACEDO, Neusa Dias de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopez. Vida e obra de Maria Luisa Monteiro da Cunha. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 25 (1/2), p. 131-161, jan./jun. 1992. Disponível em: <[http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/10/pdf\\_ee8f22e7cb\\_0019210.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/10/pdf_ee8f22e7cb_0019210.pdf)>. Acesso em 25 jan. 2018.

MENEZES, José Lúcio da Silva. Modernismo brasileiro: muito além da Semana de Arte Moderna de 1922. **Saeculum**: revista de História, João Pessoa n. 28, p. 225-238, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/18198/10291>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

MULIN, Rosely Bianconcini. Cultura e Bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo. In: CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA (8. REGIÃO). **Biblioteconomia Paulista: construindo caminhos**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011, p. 36-41.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Bibliotecas em São Paulo**: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo. 2011a. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011b. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1839>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

OLIVEIRA, Américo Lopes de. **Dicionário de mulheres célebres**. Cidade do Porto: Lello Irmão, 1981.



OLIVEIRA, Hegle Beltrão de; OLIVEIRA, Valdenice Maria de. **A Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da FESPSP e a Biblioteconomia no Brasil**. 2003. 145 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado) - Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 19, n.3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em:  
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3754>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

OTLET, Paul. **Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal**. Tradução Cícero Peregrino da Silva. Paris: [s.n.], 1937. Disponível em:  
<<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PAZ, Octávio. **Os filhos do barro**: do romantismo à vanguarda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 31-58, jul./dez. 2013. Disponível em:  
<<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/513>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo. **História da biblioteca e do bibliotecário no mundo e no Brasil**. São Paulo, [2007]. Disponível em:  
<<https://pt.scribd.com/doc/184234962/200703-historiadabiblioteca#scribd>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SIMÕES, Leonardo Cândido; OLIVEIRA, Vinícius Bopprê. A invenção da cidade, Guilherme Gaensly e Militão Augusto. In: Fórum de Pesquisa CCI Mackenzie, 1., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011. Grupo de Trabalho 09 – Fotografia. Disponível em:  
<[http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/UP\\_MACKENZIE/servicos\\_educacionais/graduacao/Publicidade\\_Propaganda\\_SP/2015/Arquivos/Anais\\_I\\_Forum\\_de\\_Pesquisa\\_CCL.pdf](http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/UP_MACKENZIE/servicos_educacionais/graduacao/Publicidade_Propaganda_SP/2015/Arquivos/Anais_I_Forum_de_Pesquisa_CCL.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SOUZA, Ágata Nelza Gomes de Souza. **Como o bibliotecário se torna professor?**: análise das trajetórias acadêmico-profissionais dos docentes de Biblioteconomia da FaBCI/FESPSP. 2015. 98 f.; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, Francisco das Chagas. Educação bibliotecária, pesquisa em educação bibliotecária e novas DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais) do Curso de Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 12, n. 2, p. 1-11, 2002.

\_\_\_\_\_. **O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: UFSC, 2009.

Recebido em: 11 de fevereiro de 2018 Aceito em: 02 de maio de 2018
---